



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2019.0001019986**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1001086-56.2017.8.26.0466, da Comarca de Pontal, em que são apelantes JOSIAS GRIGORIO COSTA (JUSTIÇA GRATUITA) e ROSIMEIRE NUNES LOPES ZUBA (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados JOÃO MICAL e USINA CAROLO S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 34ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores GOMES VARJÃO (Presidente sem voto), CRISTINA ZUCCHI E SOARES LEVADA.

São Paulo, 3 de dezembro de 2019.

**TERCIO PIRES**  
**Relator**  
Assinatura Eletrônica

**Voto n. 8.220 – 34ª Câmara de Direito Privado**

**Apelação n. 1001086-56.2017.8.26.0466**

**Origem: 1ª Vara de Pontal**

**Apelantes: Josias Grigorio Costa e Rosimere Nunes Lopes Zuba**

**Apelados: João Mical e Usina Carolo S.A. — Açúcar e Alcool**

**Juiz de Direito: Fabiano Mota Cardoso**

Apelação cível - acidente de trânsito - reparatória por danos morais e materiais(emergentes e lucros cessantes) - acervo probatório trêmulo - prova do fato constitutivo do direito a cargo dos autores, nos termos do artigo 373, I, do Código de Processo Civil, do que não se desincumbiram - sentença preservada - recurso improvido.

**Vistos.**

**Insurreição apresentada por Josias Grigorio Costa e Rosimere Nunes Lopes Zuba em recurso de apelação extraído destes autos de ação indenizatória por danos morais e materiais que movem em face de João Mical e Usina Carolo S.A. — Açúcar e Alcool; observam reclamar reforma a r. sentença em fls. 248/251 — que assentou a improcedência da inaugural; sustentam manifesta a responsabilidade dos requeridos, juntando identificado o condutor do ônibus de propriedade da acionada como sendo o correquerido.**

**Recurso tempestivo e sem preparo mercê da condição de beneficiários de justiça gratuita (fls. 64/65),**

**registrada a oferta de contrarrazões (fls. 265/267 e 269/275).**

**É, em síntese, o necessário.**

**Centra-se a testilha em conhecer-se da eventual responsabilidade dos suplicados pelo acidente de trânsito ocorrido em 23/09/2015; o filho do autor, Junio Nunes Costa, ao que se tem, em rodando de bicicleta com a irmã Eduarda de Almeida Costa, também menor, acabara atropelado por ônibus conduzido pelo suplicado e de propriedade da correquerida, resultando, do evento, lesões corporais que o levaram a óbito, e, logo, os danos materiais e morais cujas reparações nestes se discutem; a r. sentença guerreada trouxe a improcedência da inaugural, assim vazando compreensão o d. magistrado “a quo”:**

***“[...] Conjugando a prova documental apresentada com a prova oral produzida, não ficou cabalmente demonstrada a responsabilidade dos réus pelo acidente.***

***[...] Jaime Aparecido Ferreira Gonçalves, ouvido em juízo, disse presenciou o acidente, uma vez que estava atrás do ônibus. [...] O ônibus tinha uma faixa grande amarela e a cor branca, não se lembrando se tinha cor vermelha. Não visualizou o motorista.***

***Emerson Rogério Bassi [...] Viu, no momento dos fatos, o ônibus do réu João em frente à casa dele, por volta das 16h00min. Não presenciou o acidente. Aduz que o réu não se envolveu no acidente, pois quando passou o acidente não teria ocorrido e o ônibus do réu João já estava na porta de sua casa.***

***Jorge Sebastião Neto afirmou que presenciou o***

**momento posterior ao acidente, pois estava na rua. [...] mas afirma que este era vermelho. Afirma que o motorista do ônibus era o réu João Mical, embora não tenha visto o acidente. Supõe que o ônibus deste foi o responsável pelo atropelamento.**

**José Eduardo de Melo afirmou que tem a função de motorista, [...] Costuma buscar os trabalhadores as 06h00min, trazendo eles por volta das 15h20min. O horário máximo de entrega dos trabalhadores em Pontal é de no máximo 40 minutos. Não é comum atrasos, [...]**

**José Severino Borges afirmou que estava sentado, quando o réu João passou com seu ônibus, parando em frente a sua casa, por volta das 16h00min. O acidente aconteceu quando estava anoitecendo, sabendo afirmar que não foi o ônibus do réu João. O ônibus de João é da cor branca, sendo que o do acidente era um ônibus da traseira vermelha, conforme afirmado por populares. [...] Não há no ônibus do réu João nenhuma faixa na cor amarela ou inscrição de “rural” .**

**Lilian Cristina da Silva Borges afirmou que estava indo ao mercado, sendo que viu o ônibus do réu João na porta da casa dele. Ao retornar ele ainda estava lá, tendo ela entrando em casa. Ato contínuo, ouviu um barulho [...] Aduz que não deu tempo entre ela entrar em casa e a criança ser atropelada pelo réu. O ônibus deste era da cor branca com vermelho, não recordando se ele possuía alguma faixa.**

**A testemunha E.A.C., ouvida em sede policial (fl. 39), disse que saiu do estabelecimento comercial de seu genitor e seguiu em direção à sorveteria. No percurso, a declarante e seu irmão, ora vítima, seguiam de bicicleta, quando um ônibus de cor amarela, que também seguia no mesmo sentido, saiu da lateral esquerda da via, ganhando o centro, então, virando a direita na rua que cruzava. Porém, ao executar tal manobra, a declarante**

**afirma que a traseira do veículo atingiu a vítima com a parte traseira do veículo, [...]**

**As provas produzidas não apontam, com clareza, que o ônibus do primeiro réu foi o responsável pelo acidente, existindo divergência quanto às características dele. As testemunhas que presenciaram o acidente afirmam que se tratava de um veículo de cor amarela, sendo que o automóvel do réu é das cores branca e vermelha.**

**Ademais, as testemunhas ouvidas afirmam que o ônibus do réu estaria estacionado em frente à sua casa no momento do acidente.**

**Embora a testemunha Jorge Sebastião aponte o ônibus do réu como o causador do atropelamento, ele foi claro ao afirmar que não presenciou o acidente, acreditando ser o réu o autor em razão dos comentários de populares.**

**Cabe salientar que os fatos objeto deste processo foram intensamente investigados, sendo que as diligências policiais não apontaram o causador do acidente, não identificando o ônibus e ser motorista (fls. 157/159).**

**[...] JULGO IMPROCEDENTES os pedidos, extinguindo o processo, com resolução do mérito [...] Condeno os requerentes, solidariamente, ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 10% do valor atualizado da causa [...]"**

**O r. pronunciamento “a quo” não comporta reparo; as razões recursais não trouxeram qualquer fato novo a vulnerá-lo; acertada a solução emprestada; o acervo cognitivo amealhado — integrado por boletim de ocorrência (fls. 22/35), laudos técnicos (fls. 147/150 e 152/153) e prova oral colhida em**

**mídia digital (fls. 240/246) — não fizera edificar, com efeito, segura prova acerca dos fatos constitutivos do direito - art. 373, I, CPC/15 — sendo de se anotar incongruente a testemunhal produzida, bem assim a não apuração da autoria em sede de inquérito policial.**

**Em acareação realizada nos autos do aludido inquérito policial, de se ver, Eduarda de Almeida Costa, irmã de Junio, vítima fatal, declarou, em questionada acerca da cor do ônibus, “[...] se tratar de um veículo de cor amarela. Quando a ela foram apresentadas as fotos [...] nas quais há fotografias do ônibus dirigido pelo averiguado João Mical no dia do ocorrido, a declarante disse que não se tratava do mesmo ônibus, pois mais uma vez declarou se tratar de um veículo de cor amarela e não com as cores apresentadas na fotografia, isto é, branco e vermelho ”; já João Mical (fl. 156), em indagado acerca da cor do veículo, “disse se tratar de um ônibus de cor predominantemente branca, [...] embora também seja pintado de vermelho”.**

**O laudo pericial acostado em fl. 147/150, observe-se, carreu conclusão no sentido de que “não foram constatados, no veículo periciando, danos/avarias, recentes, relacionáveis a eventos de acidente de trânsito. Todas as amostras coletadas das superfícies de seus pneumáticos foram submetidas, em duplicata, a exame específico de detecção de hemoglobina humana e, em todos os testes, fora obtido resultado 'NEGATIVO'. ”.**

**Tem-se, enfim, que o acervo probatório amelhado**

**evidencia moldura deveras trêmula ao alicerce do reconhecimento da culpa dos requeridos.**

**É tudo.**

**Nega-se, pois, nesses termos, pelo meu voto, provimento ao recurso, com manutenção da respeitável sentença guerreada, por seus fundamentos, e majoração da verba honorária, nos termos do artigo 85, §11º, do Código de Processo Civil, de 10%(dez por cento) para 12%(doze por cento) sobre o valor atualizado da causa, observada, contudo, a concessão da benesse da gratuidade.**

**TERCIO PIRES**

**Relator**